



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARELHAS**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 004/2012-PJP**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,** por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça em exercício na Comarca de Parelhas, com fundamento no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal n.º 75, de 20.05.1993, combinado com o art. 80 da Lei Federal n.º 8.625, de 12.02.1993, e

**CONSIDERANDO** que *"o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"*, nos termos do art. 127, caput, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que, segundo o art. 196 da Constituição Federal *"A saúde é direito de todos o dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e ao acesso universal às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*.

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 9.981/2009 art. 18, II, "c" da Lei nº 8.080/90 define como competência dos Estados a dispensação de medicamentos constantes do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica, antes chamados de medicamentos de alto custo, ou excepcionais;

**CONSIDERANDO** que a *toxina botulínica*, ou *botox*, está inserida na lista anexa à portaria supramencionada;

**CONSIDERANDO**, ainda, que esta Promotoria tomou por termo as declarações da Sra. *Lucicleide da Silva Diniz*, onde afirma que sua filha **Emanuelle Victoria Duarte da Silva**, em razão de possuir sério retardo motor em todo o lado esquerdo do corpo, necessita fazer a aplicação, de três em três meses, de uma injeção de toxina butolínica (botox), de custo sobremaneira alto se comparado aos rendimentos mensais da família;

Este órgão do Ministério Público **RECOMENDA** ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, que, no exercício de suas atribuições:

**I** - adote as providências administrativas necessárias para, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), **seja de imediato fornecida a quantidade que se fizer necessária de injeções de toxina butolínica à criança Emanuelle Victoria Duarte da Silva**, bem como aos demais parelhenses que, em razão de serem portadores da citada enfermidade, necessitem da injeção do referido fármaco;

**IV** - encaminhe **resposta por escrito** ao Ministério Público, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) dias, informando e demonstrando as providências adotadas para o cumprimento desta recomendação.

Assegure a Secretaria Ministerial que seja dada publicidade e divulgação adequada e imediata dos termos desta recomendação, afixando-as em local visível, encaminhando-se cópias via correio eletrônico ao setor de publicações oficiais da PGJ, bem como ao CAOP Cidadania.

Cumpra-se com as cautelas de estilo.

Parelhas, 15 de junho de 2012.

**Glauco Coutinho Nóbrega**  
**Promotor de Justiça**